

Parecer

Caça à Raposa

de Patrícia Tiago

Bióloga

Mestre em Ordenamento do Território

e Planeamento Ambiental

Doutora em Biologia Especialidade Biodiversidade



Movimento pela **Abolição** da **Caça à Raposa**

PARECER SOBRE A CAÇA À RAPOSA

Ex.^{mos} Senhores,

Venho por este meio emitir o meu parecer relativamente à prática da Caça à Raposa.

Do meu ponto de vista é importante que se repense a forma como a caça à raposa foi legislada tendo em conta os conhecimentos científicos atuais e os valores de ética das sociedades modernas.

Apesar de se poder alegar que a caça à raposa é uma atividade que se baseia numa tradição antiga, os valores de uma sociedade moderna estão assentes num conhecimento científico muito maior, incluem uma maior preocupação com o nosso ambiente e com as espécies que coabitam connosco o planeta Terra, sendo contrários a esta prática. Muitos países estão a avançar no sentido de uma maior restrição desta atividade.

A raposa é uma espécie cinegética e, apesar de não estar em perigo e apresentar uma distribuição abrangente pelo país, não atinge efetivos que possam sugerir uma necessidade de controlo da população, argumento muitas vezes usado na caça de predadores de topo.

Outra das minhas preocupações é o facto de a caça ser considerada um desporto, onde está previsto que as raposas possam, por exemplo, ser mortas à paulada e de uma forma que revela um enorme desequilíbrio de forças entre o Homem e o Animal. A nossa legislação atual (Decreto-Lei nº 202/2004) permite que uma raposa seja perseguida por um homem a cavalo e 50 cães (!). Por oposição que revela a discrepância com os valores da sociedade atual temos, por exemplo, a legislação quanto à caça submarina, em que os caçadores não podem recorrer a equipamento autónomo de mergulho (equipamento de respiração subaquática) por forma a permitir uma igualdade de condições entre o caçador e a presa.

Para além destas considerações, a devastação do habitat da raposa devido aos enormes incêndios de 2017 conduziu seguramente a uma grande perda no número de indivíduos e dos recursos disponíveis para a espécie. Deixando a espécie muito mais vulnerável.

Pelo exposto, apelo aos decisores e legisladores que repensem a adequação da legislação em vigor, de forma a que esta reflita uma sociedade cada vez mais informada, em que as preocupações com o ambiente e a perda de biodiversidade estejam presentes. A sociedade evolui e aumenta a sua literacia. É importante que a legislação acompanhe esta evolução.

Agradecendo a Vossa melhor atenção, remeto os meus melhores cumprimentos,

Patrícia Tiago

Bióloga

Mestre em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental

Doutora em Biologia especialidade Biodiversidade